



SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NA PERSPECTIVA DO SUS E DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Monica Moresco (PIBIC/CNPq/Uem), Ednéia José Martins Zaniani (Orientador), e-mail: monicaa16@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas Letras e Artes /Maringá, PR.

Psicologia - 70705003 - PSICOLOGIA SOCIAL

Palavras-chave: Criança e Adolescente, Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica.

Resumo

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa “POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: revisitando saberes, reconhecendo práticas”. Tem como objetivo refletir sobre o que se tem produzido academicamente (mestrados e doutorados) sobre o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) nos últimos cinco anos e se estas produções articulam-se com a perspectiva do SUS e da Atenção Psicossocial. Intencionalmente, com vistas a reconhecer suas contribuições, selecionamos as publicações oriundas de Programas de Pós-graduação vinculados à Psicologia e à Saúde Pública. A preocupação com a saúde mental de crianças e adolescentes no Brasil é recente, e além disso a construção do modo de Atenção Psicossocial, que derivou do Movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira e deu base à criação do CAPSi, é um processo social complexo que requer transformações em diferentes campos, inclusive no teórico-conceitual. Ao acessarmos o Banco de Teses da CAPES encontramos nove dissertações de mestrado. As publicações se concentram nos anos de 2011 e 2012, e vinculam-se aos programas de Mestrado acadêmico em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, Saúde Pública, Saúde Coletiva, Psicologia e Psicologia e Instituição. Concluímos que ainda é escassa a produção acadêmica sobre essa temática, indicando-nos a importância de aprofundar as discussões aqui iniciadas, contribuindo para que o ideário da Reforma Psiquiátrica possa se consolidar.



Introdução

Historicamente, a partir do século XIX, é que ocorre a produção de uma nova percepção sobre o significado da loucura dirigida por um olhar científico e sua transformação em um objeto de conhecimento: a doença mental. Esta passagem foi decisiva para a constituição da prática médica psiquiátrica, visto que iniciou-se a partir dela a medicalização e terapêutica dos pacientes considerados doentes mentais.

Amarante (2007) aponta a Revolução Francesa como um marco histórico que possibilitou grandes mudanças políticas, econômicas e sociais que tem grande importância para o campo da saúde e da medicina e conseqüentemente para a história da psiquiatria e da loucura. De acordo com esse autor Pinel é considerado o pai da psiquiatria e um dos primeiros médicos a realizar uma reforma psiquiátrica, pois ele diferenciou os doentes mentais dos indivíduos marginalizados que eram comumente internados nos hospitais da época.

Amarante (1995) segue a orientação metodologia que fora proposta por Birman e Costa em 1994 de que a psiquiatria clássica desenvolveu uma crise teórico/prática devido a radical mudança que ocorreu no seu objeto de estudo. O foco que antes era o tratamento da doença, passa a ser a promoção da saúde mental e é neste contexto de crise que novas teorias e propostas de reformas na psiquiatria foram sendo produzidas.

Estas reformas aconteceram em diferentes países, porém, algumas foram mais marcantes. As Comunidades Terapêuticas e a Psicoterapia Institucional apontavam que o fracasso encontrava-se na gestão do próprio hospital e que a solução seria realizar mudanças dentro da instituição. A Psiquiatria de Setor e a Psiquiatria Comunitária e Preventiva, experiências que acreditavam que o modelo hospitalar estava esgotado, deveria tornar-se obsoleto, a partir da construção de serviços assistenciais que qualificando o cuidado terapêutico aos poucos serviços iriam diminuir a necessidade dos hospitais psiquiátricos. Para a Antipsiquiatria e a Psiquiatria Democrática italiana, o terno reforma não parece adequado, visto que, ambas consideram que a questão está relacionada com o modelo científico psiquiátrico, que é colocado em xeque, assim como as instituições assistenciais, propondo uma ruptura com esse paradigma. (AMARANTE, 2007).

No Brasil é possível situar as décadas de 1980 e 1990 como significativas no desenvolvimento de discussões para que ocorresse uma reforma na assistência psiquiátrica. Em 1986 ocorreu a 8ª Conferência Nacional de Saúde que antecede e prepara o terreno para a criação do Sistema único de Saúde (SUS). A Conferência Regional para a Reestruturação da Assistência Psiquiátrica que, realizada em Caracas em 1990, também foi um marco importante pois neste encontro todos os países da América Latina comprometeram-se a realizar uma reestruturação na



assistência psiquiátrica, uma revisão crítica sobre o papel do hospital psiquiátrico, salvaguardar os direitos civis, a dignidade pessoal, os direitos humanos dos usuários e propiciar a sua permanência na comunidade.

A proposta da Atenção Psicossocial foi construída no bojo do Movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira e vem sendo definida como um conjunto de ações capazes de constituírem um novo paradigma para as práticas em saúde mental. Não se trata apenas de uma mudança na forma de prestar a assistência, mas de um processo de transição paradigmática. Essa nova proposta requer uma transformação estrutural em constante movimento e propõe que o cuidado em saúde mental seja implementado em meio aberto, rede e no território.

A criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) faz parte de dessa proposta. Os CAPS se consolidaram em todo país como dispositivos eficazes na diminuição das internações e a Política Nacional de Saúde Mental aponta para a necessidade de destituir, do lugar de referência e de modelo de cuidado e assistência, as instituições baseadas na ideologia do reparo, de caráter excludente e isolacionista (BRASIL, 2005). Na área da infância e adolescência os CAPSi's terão papel crucial deslocar para a rede pública o cuidado com a saúde mental de crianças e adolescentes em sofrimento psíquico grave e persistente, impossibilitados ou afetados de alguma forma em sua condição de manter ou estabelecer laços sociais e projetos de vida. Logo, as produções teórico-conceituais que versam sobre esse dispositivo possuem a tarefa de fomentar no campo acadêmico o debate acerca da proposta da Atenção Psicossocial e sua vinculação ao ideário do SUS e da Reforma Psiquiátrica.

Materiais e métodos

Está pesquisa é de cunho bibliográfico qualitativa, apresentando um caráter exploratório. Primeiramente foi realizado um estudo sobre a história da saúde mental brasileira e sobre a Política Nacional de Saúde Mental voltada ao público infantojuvenil. Em seguida foi realizada a busca no Banco de Teses da CAPES sobre dissertações e teses que abordam a temática do CAPSi e que foram publicadas nos últimos 5 anos. Em seguida foi realizada a leitura e seleção deste material dentro do campo de interesse desta pesquisa (psicologia e saúde pública).

Após a seleção deste material foi realizada uma análise identificando categorias gerais, ano de publicação, Programas de Pós-Graduação e área de conhecimento ao qual a produção acadêmica está vinculada, por fim, uma análise crítica considerando se estes trabalhos vinculam-se à proposta da Atenção Psicossocial.

Resultados e Discussão



Ao realizar a busca no banco de teses da CAPES foram encontradas nove dissertações de mestrado, três destas dissertações foram produzidas no ano de 2011 e seis no ano de 2012. Cinco destas dissertações foram produzidas por áreas de conhecimento que não se relacionam com a Psicologia e apenas quatro destas teses foram produzidas pela Psicologia. Três destas dissertações foram produzidas pelo Programa de Mestrado em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, uma pelo Mestrado em Saúde Pública, uma pelo de Saúde Coletiva, três pelo Mestrado em Psicologia e uma foi produzida pelo Mestrado em Psicologia e Instituição.

Conclusões

Com a realização desta pesquisa foi possível observar a escassez de trabalhos sobre o tema, bem como o distanciamento da Psicologia no que tange a saúde mental infantojuvenil na perspectiva do SUS e da Reforma Psiquiátrica. Consideramos que o campo teórico-conceitual precisa em um movimento dialético articular-se e transformar-se concomitantemente com os campos técnico-assistencial, político-jurídico e sociocultural para garantir um cuidado em saúde mental que supere de fato a lógica manicomial.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Fundação Araucária pela oportunidade de realizar trabalho.

Referências

AMARANTE, P. **Loucos pela vida: a trajetória Reforma Psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUS, 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação em saúde mental: 1990-2004**. Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil**. Secretaria de atenção à saúde. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

HIRDES, A. A Reforma Psiquiátrica no Brasil: uma (re) visão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p. 297-305, 2009.